

como Território Federal e só passaria a Estado em 1962.

Em dezembro de 76, o ex-governador do INCRA na Amazônia Ocidental, Assis Canuto, participou de um Seminário realizado pela Universidade Federal do Acre, ocasião em que explicou que "nós estamos revivendo o passado da Legislação Agrária, da expedição de títulos de terra com mais de 70 anos." Só este tempo, esclareceu Canuto, já faria por demais complexa a discriminação de terra no Acre, lembrando, em seguida, que os títulos definitivos expedidos pelo Estado do Amazonas até 1898 eram limitados a uma área de 10.000 hectares, pela legislação em vigor. A legislação da Bolívia, que incidia sobre a área no período seguinte, até 1904, era mais liberal mas, segundo o ex-coordenador do INCRA, "os documentos de terras da Bolívia que passaram por nossas mãos não são mais que meras certificações, meras certidões de transados, de cópias de cartório". A coordenadoria não tinha sido apresentado, portanto, nenhum título legítimo.

Contudo, ao examinar a situação fundiária no Estado, a partir de 1973, a autarquia encontrou transcrições de áreas extraordinárias, com extensões frequentemente acima de 200.000 hectares (algumas com mais de 500.000), o que despertou seus técnicos para um exame apurado dessas transcrições. Um exemplo ocorreu com o Seringal Chandless, com aproximadamente 800.000 hectares, que estava sendo adquirido pelo Grupo COLOAMA (Colonização São Paulo-Amazonas S/A), através de um simples registro no livro imobiliário, com a apresentação de um título expedido pela Bolívia, que o INCRA considerou nulo.

Em Rio Branco, as estradas que dão saída para Sena Madureira, Boca do Acre (no Amazonas) e Porto Velho (na Rondônia) tiveram suas margens ocupadas por fazendeiros que detêm grandes áreas, como Osvaldo Menezes, de São Paulo; Rômulo Bonalumi, do Paraná; o Grupo BONAL; o Grupo liderado por Mário Junqueira, Arquimedes Barbieri e outros, que adquiriu o Seringal Nova Empresa; Benedito Tavares e outros proprietários que não aparecem, mas contratam prepostos para cuidar de suas áreas. Em Tarauacá, no Vale do Juruá, os grupos Cinco Estrelas, Paranaque e Condomínio Tarauacá adquiriram terras do Senador arenista Altevir Leal e tocam seus projetos de pecuária, entrando em conflitos com posseiros. Em Sena Madureira, além da COLOAMA, que adquiriu 1,4 milhões de hectares, grupos paranaenses ligados ao ex-Governador Paulo Pimentel se instalaram no Alto Iaco, criando inclusive problemas com a FUNAI, porque a área é habitada por índios Culina e Manchineri.

Sem dúvida, o caso COLOAMA é o mais escandaloso dos que se conhece no Acre, como grilagens de terras. A empresa foi a primeira a chegar, no começo de 72, portanto teve chance de adquirir boas áreas pelos menores preços. Sómente nas margens da BR-364, a poucos quilômetros de Sena Madureira, comprou 500.000 hectares, onde procurou desenvolver cinco projetos, com recursos do PROBOR, PROTERRA, SUDAM e BASA. Depois seus diretores, tendo à frente Pedro Aparecido Dotto (Presidente da Associação dos Empresários do Acre), de Jales, São Paulo, subiram o rio Purus e adquiriram mais seringais, formando um latifúndio com mais de 1 milhão de hectares, dos quais a FUNAI já estava providenciando a retomada de 400.000, pertencentes aos índios Culina, Maronaua e Cashinawa. No cartório de Sena Madureira, entre as transações espúrias realizadas pela COLOAMA, consta a compra do Seringal Sobral, de Luzanira e Jaime Meireles, em que uma pessoa falecida um ano antes "aparece" assinando a escritura de compra e venda, na presença do escrivão. O Diretor-Presidente da COLOAMA, contudo, tem se revelado tranquilo quanto ao futuro de seus domínios, ainda que atualmente passem por uma discriminatória judicial. Porque, com os incentivos fiscais recebidos, ele conseguiu fazer grandes benfeitorias antes da discriminatória, e revender por bom preço a outros súditas, glebas que resultaram do retalhamento de seringais comprados a preço de banana. Em apenas quatro anos, essas terras repassadas por grileiros no Acre atingiram uma valorização de 2.000 por cento.

Essa ocupação desordenada que vem ocorrendo no Acre gerou fatores novos que influíram na queda da produ-

ção da borracha e agravaram o problema social com o êxodo do seringueiro para a vizinha República da Bolívia. O Governador Geraldo Mesquita recebeu de seu antecessor, quem abriu as portas do Acre para a chamada "nova frente pioneira", um estado conturbado. O relatório de inspeção que o Grupo Tarefa da Amazônia, órgão do Ministério do Trabalho, presidido por José Smith Braz, lhe entregou no começo de seu mandato, em 75, dava conta das tensões existentes nas áreas, em torno de Rio Branco.

Nessa época ocorreu uma invasão no seringal Nova Empresa, distante poucos quilômetros de Rio Branco, e o Governo qualificou o movimento como "de grandes proporções" procurando debelar o mesmo com a ação conjunta da esfera federal para solucionar a questão fundiária no Estado, por entender que era grave, e de consequências temerárias.

Até 1976 e princípio de 1977, pelo menos, a Coordenadoria Regional do INCRA (CR-14) sempre admitiu a gravidade dos conflitos existentes no campo, acentuando que os empresários de sul "muitas vezes desavisados, despreparados ou mal intencionados procuraram retirar o seringueiro da terra sem reconhecer os seus direitos, oferecendo indenização irrisória ou não oferecendo nada. A não consideração do seringueiro, do posseiro nos atos da transação das terras, geravam os conflitos."

Em vários documentos posteriormente enviados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) aos órgãos de segurança, elementos da polícia foram acusados de coniventes. Instalando-se no Estado, em 75, a CONTAG atuou junto aos seringueiros e lavradores, formando sindicatos rurais e abrindo seus olhos para as leis agrárias do País, que lhes asseguravam alternativas e direitos, mas o bloqueio a essa incômoda intervenção não se fez tardar. Em 76, o órgão se retraiu sob o peso de denúncias, "segundo as quais estaria agitando os homens do campo contra os proprietários, porque aumentavam os exemplos de reação aos atos de expulsão. Na BR-364, por duas vezes, dezenas de seringueiros e agricultores reunidos embargaram desmatamentos alegando seus direitos de posse. No município de Brasília, no seringal Carmem, 50 seringueiros fizeram o mesmo e forçaram um acordo com os proprietários das terras, exigindo lotes que variavam de 30 a 50 hectares como indenização. Na fronteira do Acre com o Território de Rondônia, no seringal denominado Extrema, uma dessas reações já exibiu requintes de violência e um peão de uma turma que estava acampada na área para iniciar um desmate em cima de algumas posses, foi escalpelado, enquanto os demais ganhavam a mata sob tiroteio. Na estrada que liga Rio Branco à Boca do Acre, desde 1973 arrastaram-se graves conflitos entre famílias de posseiros e o propósito da Fazenda Paranã, do paranaense Rômulo Bonalumi, no quilômetro 104 da BR-317. Um dos posseiros, José Evaristo, chegou a hospitalizar-se por sofrer perturbações mentais, tal era o clima de ameaças, imposto por jagunços, a que vivia submetido com a sua família. Ele e outros companheiros tentaram, depois, matar os proprietários da fazenda, num conflito armado. Desde então, vivem implicados com a polícia. Casos semelhantes se repetem pelo interior, e constam de queixas registradas na CONTAG, na Polícia Federal, na Delegacia Regional do Trabalho, na Secretaria de Segurança e em outros órgãos. Chegam inclusive diretamente ao Gabinete do Governador do Estado, narrados pelas próprias vítimas.

O que aconteceu no Seringal Nova Empresa, nas proximidades de Rio Branco, espelha uma situação que pode repetir-se em outras áreas, se providências não forem tomadas, se não houver uma mudança na política de distribuição das terras, e da aplicação da legislação agrária, ou se não acontecer uma ação mais imediata e vigorosa do INCRA acelerando a discriminatória.

Por sua vez, Dom Moacyr Grechi, Bispo do Acre e Purus, destacou que "80% das terras do Acre foram vendidas a investidores do Centro-Sul sem que se procedesse a regularização fundiária do Estado, e que muitos especuladores adquiriram seringais a baixo preço para vendê-los mais tarde com grande margem de lucro." Ressaltou que os abusos são cometidos de duas formas: a) pelo esticamento, ou seja, pela